

I - Editorial

O Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR), que é um laboratório de âmbito nacional, foi criado em meados de 2008 com o intuito de estimular as pesquisas em Antiguidade, principalmente aquelas relacionadas ao Império Romano. O LEIR-MA-USP (Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo), que possui como especificidade a presença de membros que realizam pesquisas sobre temas para além dos relacionados à Roma antiga, responsável pela criação da Revista *Mare Nostrum*, sempre procurou estimular o debate de ideias e a discussão na pesquisa acadêmica. Seus colóquios, sempre que possível, buscavam criar espaços de crítica que pudessem auxiliar os pesquisadores a pensar sobre seus objetos e sobre seu próprio trabalho.

Com essa mesma finalidade é que a comissão editorial da Revista *Mare nostrum* apresenta em seu quarto número, além dos artigos e resenhas, um debate entre pesquisadores de várias partes do Brasil. A proposta do Laboratório desta edição é apresentarmos um artigo principal comentado por professores/pesquisadores de várias universidades do Brasil e de fora do país, com espaço para resposta do autor principal. Essa experiência aqui realizada, com excelentes resultados, será retomada nas próximas edições.

O artigo principal do professor da UFOP Fábio Faversoni, “Entre República e Império: apontamentos sobre a amplitude desta fronteira”, propõe um debate sobre a passagem da República para o Império como demarcações temporais rígidas e naturalizadas. Como o próprio título aponta, o autor propõe que a fronteira entre esses dois períodos (aqui entendida como barreira/divisão) seja estendida, que haja uma ampliação de escalas, ou melhor, que se proponham diferentes escalas para pensar a articulação entre rupturas e permanências entre esses dois momentos. Ao final de seu artigo, Faversoni constrói uma espécie de poema construtivista, um esquema visual que visa demonstrar a articulação entre os dois momentos, e as infinitas possibilidades de pensá-las.

O comentário de Alexandre Agnolon abre a sessão de comentários, que é seguido pelo de Fábio Joly. Este último relembra o argumento de Aloys Winterling para comentar que, em vez de se falar em “momentos republicanos”

e “momentos imperiais” que se articulam de várias maneiras, é preciso lembrar que as fontes nos ajudam a pensar em uma mesma república em constante transformação. Paulo Martins busca destacar o papel dos conceitos de potestas e auctoritas nesse contexto de análise estipulado por Faversoni. Rafael Campos e Juliana Bastos vão redirecionar seus olhares para a dinastia júlio-cláudia. O primeiro destaca o fato de que o principado deve ser visto como um momento de experimentação política e essa dinastia como um momento de transição, uma vez que encontramos práticas imperiais ao longo da República, e memórias republicanas a partir da ascensão de Augusto. Bastos ressalta a importância de se pensar as rupturas, principalmente no período na dinastia em questão, relacionadas, principalmente, ao “novo” para os antigos, que não é algo inédito, mas sim a retomada de um passado e a manutenção de determinadas tradições. Por último temos o comentário de Guido Clemente que propõe um exercício de reflexão comparativa, e coloca lado a lado o período de ascensão de Augusto e os pré-fascista, fascista e pós-fascista. Nele o comentarista ressalta a importância de se considerar o papel de alguns atores políticos nas transformações que não podem, nem devem, ser esquecidas e/ou ignoradas.

A resposta de nosso autor principal se concentra basicamente em dois pontos: primeiro ressaltar a importância do debate que propôs, lembrando que as periodizações devem sempre ser encaradas pelos historiadores como problema histórico e não como um dado histórico. O outro destaque feito por Fábio Faversoni fora com relação ao conceito de fronteira utilizado por ele, uma vez que faz questão de ressaltar a utilidade deste conceito como recurso analítico importante para os analistas, deixando sempre explicitado que seu uso é intencional e arbitrário (não natural).

A seção corriqueira de artigos traz quatro contribuições independentes que não dialogam diretamente com o debate, mas que em vários pontos tangenciam as questões que ali aparecem. O primeiro é de autoria de Juliana C. Monzani. Com o título de “Processos de Integração e Desintegração na Grécia no final da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro (1300 a 800 a.C.)”; o artigo propõe uma reflexão acerca do fim da “cultura micênica” e o início do “mundo clássico”, destacando suas permanências (continuidade de ocupação, língua, plano dos templos derivados do mégaron, etc) e apresentando as várias propostas de explicação para a crise que se deu no Mediterrâneo Oriental no

século XIII a.C. Em seguida apresenta-se o artigo “Os estudos Demóticos e a possibilidade de uma nova Egíptologia”, de Thais R. da Silva. Nele encontra-se uma extensa apresentação dos estudos da língua demótica e das várias possibilidades de estudos do Egito a partir deste idioma, principalmente no período Ptolomaico. Dominique M. de Souza e seu texto “Plínio, o Jovem, e suas atividades administrativas e jurídicas: a formação de uma carreira política durante o Principado Romano” nos faz conhecer o *cursus honorum* de Plínio, o Jovem e sua atuação como *advocatus* na passagem do século I d.C para século II d.C. Ao analisar algumas das cartas de Plínio, a autora procura pensar as relações interpessoais entre a elite do principado à época da dinastia júlio-cláudia. Há ainda o artigo de Danilo M. Gazzotti, “O processo de Legitimação e Reconhecimento do Priscilianismo na segunda metade do século IV”. Nele o autor discute as questões relativas à difusão da interpretação que Prisciliano, membro da elite local da Península Ibérica, dá ao cristianismo e como ocorre sua difusão, pensando principalmente nos embates deste e de seus seguidores com autoridades religiosas e políticas do Império. Por fim, há o artigo de Gilberto da Silva Francisco, “Ânforas panatenaicas e paisagens estruturais”, em que o autor discute a noção de paisagens estruturais para compreender a variação contextual em que esse tipo específico de ânfora se insere em diferentes momentos históricos.

Ao fim deste número apresentamos cinco resenhas. As obras resenhadas são: *A contenda entre Basílio de Cesareia e Eunômio de Cízico* (século IV d.C.): uma análise político religiosa, de Helena Amália Papa, feita por Pedro Piza; *Arte Romana*, de Paul Zanker, resenhado por Fábio Morales; *Insights into Hittite History and Archaeology*, de Hermann Genz e Dirk P. Mielke, feita por Anita Fattori; *Dal mito alla storia. La Sicilia nell'Archiologia di Tucidide*, dos autores M. Congiu, C. Micciché e S. Modeo, escrita por Paolo D. Scirpo, *Why we're all Romans. The Roman contribution to the Western world*, de Carl. J. Richard por Gilberto da Silva Francisco e *História Antiga de Norberto Luiz Guarinello*, por Fábio Duarte Joly.